

OBJETIVOS COMUNS EM ESPAÇOS DISTINTOS: A PARTICIPAÇÃO DE INTELLECTUAIS NO MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO EDUCACIONAL DE 1930¹

Maria Irinilda da Silva Bezerra ²

Ana Gabriela Saba³

Resumo: Este artigo tem como finalidade discutir a inserção dos intelectuais brasileiros no movimento de renovação educacional da década de 1930, ampliando a reflexão sobre a categoria intelectual. Pautando-se por este objetivo desenvolvemos um estudo comparativo entre a atuação de intelectuais como Roquette Pinto e Jonathas Serrano, intelectuais da educação de renome nacional com atuação, sobretudo, no Rio de Janeiro e os religiosos católicos, intelectuais que igualmente pensavam a educação, porém com atuação apenas na região do Vale do Juruá, no Estado do Acre. O estudo adotou uma abordagem qualitativa, desenvolvida a partir do estudo bibliográfico e da análise documental de fontes como: impressos pedagógicos, ofícios e correspondências escolares. Como aporte teórico nos embasamos em autores como: Bezerra; Grotti (2017), Bezerra; Saba (2017), Vieira (2008), Warde (2003), Bezerra (2015), Sirinelli (2003). Os resultados deste estudo apontaram que, embora em espaços geográficos e certamente, culturalmente distintos, os intelectuais de renome nacional e os intelectuais católicos da região do Vale do Juruá igualmente participaram do mesmo movimento de renovação educacional, apresentando inserção em semelhantes redes de sociabilidade, ou seja, se envolveram com a produção de materiais didáticos para as redes escolares, particular e pública, participaram de sindicatos e representações de professores, atuaram na gestão das redes públicas e particulares de ensino e outros.

Palavras-chave: Renovação Educacional; Intelectuais; Espaços distintos; Objetivos comuns.

COMMON OBJECTIVES IN DIFFERENT SPACES: INTELLECTUAL PARTICIPATION IN THE 1930 EDUCATIONAL RENEWAL MOVEMENT

Abstract: This article aims to discuss the insertion of Brazilian intellectuals in the educational renewal movement of the 1930s, broadening the reflection on the intellectual category. Guided by this objective, we developed a comparative study between the work of intellectuals such as Roquette Pinto and Jonathas Serrano, intellectuals of nationally renowned education, mainly in Rio de Janeiro and Catholic religious, intellectuals who also thought of education, but with operations only in the region of the Juruá Valley, in the State of Acre. The study adopted a qualitative approach, developed from the bibliographic study and the documentary analysis of sources such as: pedagogical forms, crafts and school correspondence. As a theoretical contribution we rely on authors such as: Bezerra; Grotti (2017), Bezerra; Saba (2017), Vieira

¹ A primeira versão deste trabalho foi apresentado no IX Congresso Brasileiro de Educação, realizado em João Pessoa em agosto de 2017.

² Professora Adjunta da Universidade Federal do Acre/Campus Floresta (UFAC). Docente do Centro de Educação e Letras, Curso de Pedagogia, atuando nas áreas de História e Historiografia da Educação e Ensino de História. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Grupo de Pesquisa do CPNq Círculo de Estudo em Linguagem do Sudoeste Amazônico (CELSA/UFAC). E-mail: irinilda@bol.com.br.

³ Ana Gabriela Saba de Alvarenga é doutoranda em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. E-Mail: <anagabrielasaba@gmail.com

(2008), Warde (2003), Bezerra (2015), Sirinelli (2003). The results of this study pointed out that although in geographic and certainly culturally distinct spaces, nationally renowned intellectuals and Catholic intellectuals from the Juruá Valley region also participated in the same educational renewal movement, presenting insertion in similar networks of sociability, or They were involved in the production of didactic materials for school networks, private and public, participated in syndicates and teachers' representatives, worked in the management of public and private networks of education and others.

Keywords: Educational Renewal; Intellectuals; Different spaces; Common objectives.

OBJETIVOS COMUNES EN ESPACIOS DISTINTOS: LA PARTICIPACIÓN DE INTELLECTUALES EN EL MOVIMIENTO DE RENOVACIÓN EDUCACIONAL DE 1930

Resumen: Este artículo tiene como finalidad discutir la inserción de los intelectuales brasileños en el movimiento de renovación educativa de la década de 1930, ampliando la reflexión sobre la categoría intelectual. En este sentido se desarrolló un estudio comparativo entre la actuación de intelectuales como Roquette Pinto y Jonathas Serrano, intelectuales de la educación de renombre nacional con actuación, sobre todo, en Río de Janeiro y los religiosos católicos, intelectuales que también pensaban la educación, pero con actuación sólo en la región del Valle del Juruá, en el Estado de Acre. El estudio adoptó un abordaje cualitativo, desarrollado a partir del estudio bibliográfico y del análisis documental de fuentes como: impresos pedagógicos, oficios y correspondencias escolares. Como aporte teórico nos basamos en autores como: Bezerra; Grotti (2017), Bezerra; Y en el caso de que se produzca un cambio en la calidad del producto. Los resultados de este estudio apuntaron que, aunque en espacios geográficos y ciertamente, culturalmente distintos, los intelectuales de renombre nacional y los intelectuales católicos de la región del Valle del Juruá también participaron del mismo movimiento de renovación educativa, presentando inserción en semejantes redes de sociabilidad, o se involucraron con la producción de materiales didácticos para las redes escolares, privada y pública, participaron de sindicatos y representaciones de profesores, actuaron en la gestión de las redes públicas y particulares de enseñanza y otros.

Palabras clave: Renovación Educativa; intelectuales; Espacios distintos; Objetivos comunes.

Considerações Iniciais

No decorrer da década de 1930 o Brasil foi palco de uma intensa campanha em prol da educação, num movimento que ficou conhecido como renovação educacional, um movimento de cunho ideológico e pedagógico desencadeado por intelectuais que viam na educação a alternativa para resolver os problemas sociais e políticos que o país vivia na época. Estes intelectuais, nas várias regiões onde atuaram, tinham a proposta de reformar o sistema escolar, para que o projeto de universalização da educação para as diversas camadas sociais fosse possível. O movimento que se estendeu pelas décadas seguintes, atingiu as instituições de escolarização primária, bem como as escolas normais, que naquele período eram o

principal espaço de formação docente no país e, como tal, *locus* de disseminação dos novos métodos de ensino e das inovações pedagógicas.

Pensar os lugares sociais ocupados por intelectuais da educação em regiões tão diferentes em suas especificidades torna-se um desafio, uma vez que boa parte das análises sobre esta temática concentra-se nos intelectuais que atuaram na região sudeste do Brasil, lugar privilegiado de propagação dos ideais de renovação educacional. No entanto, este trabalho busca avançar nesse limite e mostrar que a expansão do movimento de renovação educacional chegou a longínquas regiões do país, a exemplo do Vale do Juruá, região norte do país. Nessa direção demonstramos que o estudo sobre a expansão do referido movimento possibilita-nos entender melhor as múltiplas estratégias disseminadas pelo Brasil a fora na tentativa de expandir as oportunidades de acesso à educação a camadas sociais tradicionalmente excluídas dos processos institucionalizados. Afinal, nas primeiras décadas da República escolarizar-se significava adquirir a possibilidade de participação política nas decisões do país.

De acordo com Bezerra e Grotti (2017, p. 55), na Primeira República, “a cidadania era autorizada pelo poder da alfabetização”, uma vez que só votava quem era alfabetizado. Assim, “pessoas, grupos e classes sociais eram excluídas da possibilidade de se identificarem como cidadãos, pertencentes a uma nacionalidade”. Nessas circunstâncias “o número de cidadãos credenciados à participação política era posto de forma ilusória em relação à totalidade da população nacional”.

Alguns intelectuais, que se autodenominaram como renovadores da educação disseminaram a ideia de que era tarefa das elites intelectuais mudar o caos cultural que assolava o país. Caos este causado pelo grande número de analfabetos e, portanto, de pessoas que não possuíam o direito ao voto. A via provável para tal mudança era a escola e os intelectuais seriam os sujeitos mais credenciados para tal tarefa, como a classe pensante e dirigente do país. Na direção desta discussão, Marta Carvalho (1998) aponta os membros da Associação Brasileira de Educação (ABE), como parte desta intelectualidade que faziam um auto investimento no grupo, enquanto elites, “às quais cabia conceber e executar projetos de educação do povo que efetivassem a Ordem e o Progresso tais como programavam” (p. 212). Logo a elite

intelectualizada era compreendida como a única classe com capacidade cultural e política de pensar o Brasil e de dinamizar suas instituições, incluindo a escola.

Nesse sentido, é necessário “tentar destrinchar a questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura política de sua época” (SIRINELLI, 2003, p. 261), para que possamos perceber e estudar o intelectual a partir do contexto no qual ele esteve inserido, as ideologias com as quais conviveu e as questões políticas que permearam o período em que viveu.

O presente artigo tem como objetivo discutir a inserção dos intelectuais brasileiros no movimento de renovação educacional da década de 1930, ampliando a reflexão sobre a categoria intelectual. Para tanto, realizamos um estudo comparativo entre a atuação de intelectuais como Roquette Pinto e Jonathas Serrano, intelectuais da educação, nacionalmente conhecidos, atuantes no Rio de Janeiro e os religiosos católicos que se projetaram na região do Vale do Juruá, Estado do Acre. A projeção social destes intelectuais se fez, sobretudo a partir da gestão da Escola Normal Regional de Cruzeiro do Sul, primeira escola de formação docente da região.

Na tentativa de aprofundar a temática ora estudada, recorreremos a diferentes autores, a saber: Vieira (2008), Warde (2003), Bezerra (2015), Sirinelli (2003), Vidal (2009), Bezerra; Saba (2017) e Bezerra; Grotti (2017) que nos serviram de suporte teórico para pensarmos as questões que nos propomos a aprofundar. Para o desenvolvimento da investigação realizamos um estudo de abordagem qualitativa, a partir da pesquisa bibliográfica e da análise de fontes como: correspondências, ofícios escolares e impressos pedagógicos, tais como livros e revistas.

O intelectual brasileiro no movimento de renovação educacional

De fato, a atuação dos intelectuais no contexto de renovação educacional da década de 1930 pode ser considerada determinante nos rumos que a educação do país tomou naquele período e que deixou um legado para as gerações posteriores. Este aspecto revela o intelectual como alguém que esteve inserido em diversos grupos, que na análise de Sirinelli (2003) pode ser identificado como um produtor, criador ou

mediador em espaços distintos e heterônomos e em redes de sociabilidades formais ou informais.

Segundo Sirinelli “a história do intelectual tornou-se [...], um campo histórico autônomo e aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”. (2003, p. 132). Para o autor, o campo da história intelectual, no âmbito da história política, social e cultural tem trazido importantes reflexões aos estudos das temáticas históricas. Este tipo de estudo nos leva a compreensão do contexto maior de inserção do intelectual, elucidando as temáticas em voga, os debates desencadeados e os silêncios da história. Certamente o papel do historiador não é proceder num julgamento moral de determinados pensadores ou correntes de pensamento, concluindo pelo benefício ou nocividade da influência de um intelectual para o seu tempo, mas sim, realizar um estudo atento e criterioso destes sujeitos, baseando-se na circulação das suas ideias nos campos da cultura política, das mentalidades coletivas e das ideologias.

Estudos nesse campo podem ainda propiciar a compreensão do contexto histórico e das principais disputas desencadeadas numa determinada realidade histórica e cultural, relativizando a concepção do pesquisador e redirecionando-a para as questões, tradicionalmente secundarizadas por muitos, na área da educação.

Sirinelli (2003) explicita alguns limites comuns nos estudos sobre os intelectuais, sendo um deles o fato do historiador estar obrigatoriamente inserido no contexto cultural e histórico do país onde atua por múltiplas adesões, além do seu pertencimento - ele próprio - ao meio intelectual. Estes aspectos revelam à delicada e essencial relação do historiador com o seu objeto, permeada sempre por sentimentos de simpatias ou antipatias. Nessa direção, o autor demonstra que “negar que haja aí um perigo revelaria um otimismo beato e um idealismo fora do propósito”. Contudo “mais que ocultar o fenômeno”, no percurso do trabalho intelectual, “sem dúvida, é preciso tomar consciência dele, assumi-lo de algum modo, a fim de avaliá-lo” (SIRINELLI, 2003, p. 239). A respeito das especificidades do estudo sobre o intelectual, encontramos contribuição também em Warde (2003) ao enfatizar que,

Pensar os intelectuais como coletivos que se organizam e funcionam em rede, aponta, de um lado, para a singularidade das regras que os regem. Tornar-se membro de uma rede intelectual, por exemplo, não

se impõe como lei sobre um indivíduo que pode decidir dela participar ou não. De outro lado, pensar os intelectuais em rede – por oposição à imagem de um cipoal de indivíduos cujos caminhos se cruzaram por força do acaso – aponta para a existência de regras de inclusão e exclusão, de pertença ou de oposição. Aponta, ainda, para uma dimensão específica da rede como o coletivo articulado de agências e agentes de formação do intelectual. (p. 150).

Sobre a rede de sociabilidade para os membros que dela fazem parte, Warde pontua que a mesma atua como o veículo de acesso a um conjunto determinado de ferramentas mentais disponíveis em um tempo e lugar, de tal modo que valida e legitima aquele conjunto, admitindo, dispensando ou se opondo a outros. Por fim trabalha como “base de apoio para investidas individuais dos seus membros, assim como opera como filtro dos novos arranjos morfológicos que as criações originais desencadeiam”. (WARDE, 2003, p. 150).

Já na perspectiva de Sirinelli (2003) podemos pensar em duas acepções para o termo intelectual, “uma ampla e sociocultural, englobando os ‘criadores e mediadores’ culturais, a outra mais restrita, baseada na noção de engajamento” (p. 242). A primeira acepção engloba jornalistas, escritores, professores secundários e eruditos, além de parte dos estudantes, criadores ou ‘mediadores culturais’ em potencial, bem como outras categorias de ‘receptores de cultura’. Enquanto a segunda definição é “mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator, - mas segundo modalidades específicas, como por exemplo, a assinatura de manifestos” (SIRINELLI, 2003, p. 243).

A segunda acepção não é independente da primeira, visto que se volta para elementos de natureza sociocultural, que são a notoriedade eventual e a especialização. Assim sendo, em virtude desta sua reconhecida especialização no meio em que vive, o intelectual tem sua intervenção legitimada e privilegiada no debate em que atua e pode se colocar a serviço da causa que defende.

O intelectual surge então como o sujeito capaz de propor alternativas para repensar ou reconstruir as relações sociais pautadas por novos critérios de igualdade de direitos entre os diferentes segmentos sociais. Como demonstrou Vieira (2008) ao longo do século XIX o papel do intelectual foi se redesenhando de maneira que seu engajamento e compromisso civil foram dignificando aqueles que participam

ativamente da vida política e hoje, estes sujeitos tem uma função relevante nas mediações culturais, pois eles são percebidos como os sujeitos capazes de fazer esta articulação entre os vários campos do social. Logo, “[...] a partir de suas práticas culturais, dos seus lugares de enunciação, das suas redes de sociabilidade, dos seus compromissos políticos com as elites ou com aqueles que defendem a subversão ao poder” (VIEIRA, 2008, p. 82). Muitos dos intelectuais que estiveram na cena política e ideológica do movimento de renovação educacional não se renderam as determinações do meio, mas cunharam formas próprias de modificarem a ordem vigente. E a partir destas formas de subverter a ordem posta, geraram importantes mudanças no sistema escolar brasileiro.

Com a Proclamação da República intensificaram-se as campanhas por escolarização, cuja marca fundamental era a crença na instrução como salvação da nação, capaz de “republicanizar a República” e libertá-la das fraudes eleitorais e da corrupção disseminada. Na aura do novo regime a educação ganhou sentido mais amplo, como demonstra Lopes (2006).

O ideal civilizatório da sociedade espalhou-se pelo Brasil desde muito antes da década de 1920, veiculando em seus discursos a ideia de progresso e a crença no poder regenerador do ensino, destacando a escola como a instituição capaz de civilizar e modernizar o país. (p. 87).

É necessário destacar que as campanhas em prol da escolarização das massas populares, no âmbito do movimento de renovação educacional nem sempre apresentavam interesses estritamente pedagógicos, muitas vezes escondiam interesses políticos, como explicitam Bezerra e Grotti (2017):

Quando o liberalismo adentrou o Brasil, trouxe em seu bojo, essencialmente, a defesa dos princípios da propriedade e do letramento. Sem desmerecer a ampliação e as significativas transformações que tal ideário desencadeou nos sistemas educacionais brasileiros, podemos observar que os liberais brasileiros do século XIX se mostraram retroativos e resistentes aos princípios democráticos. Com a República, a democracia foi então utilizada como rearranjo para os interesses econômicos e políticos surgidos naquele momento. Reinventada e relacionada à questão do voto, a democracia tornou-se um exercício político-eleitoral. Com o avanço do capitalismo e da industrialização nacional, a democracia se relacionou à participação econômica nos meios de produção (p. 48).

Surge a ideia de que não bastava criar as escolas, mas era tempo de inová-las, de modernizá-las. Era o momento de construir uma escola que conseguisse modernizar a sociedade, moralizar a República que havia sido desvirtuada em consequência da política do coronelismo que se impôs durante os primeiros anos do regime. O campo educacional encontrava-se subdividido pelas disputas entre dois projetos de educação para o país: o projeto dos liberais e o projeto dos católicos. Nessa disputa doutrinária, a chamada pedagogia da Escola Nova foi utilizada pelos dois grupos em disputa - Liberais e Católicos - com a finalidade de normatizar e orientar a prática do professorado e proporcionar uma mudança de mentalidade capaz de fazer da escola um instrumento eficiente de organização nacional. (CARVALHO, 2001).

O movimento de busca de modernização escolar desencadeou a perpetuação da Pedagogia Escolanovista, disseminada no país por meio dos liberais, que defendiam uma escola mais moderna que melhor atendesse as demandas dos novos tempos. A defesa de uma política nacional de educação foi uma importante bandeira defendida pelo movimento renovador e, somado a isso, estes intelectuais brasileiros também defendiam a utilização de um currículo mais científico e moderno.

Vidal e Paulilo (2003), em seus estudos sobre a implantação da Escola Nova na capital do país, destacaram que os reformadores liberais propuseram alterações nas práticas e nos saberes docentes, nos valores e nos costumes dos professores, dos alunos e dos pais, na aprendizagem cognitiva e motora, nos tempos, nos espaços e nas relações pedagógicas instauradas no interior da escola carioca. Estas mudanças foram disseminadas na sociedade por meio de “atividades para-escolares, como pelotões de saúde, cruzadas de higiene e outras, [...] intervieram na cultura escolar, tornando escolar práticas da sociedade e construindo novas práticas sociais pela ação da escola”. (VIDAL; PAULILO, 2003. p. 395).

No decorrer dos anos de 1930, discussões e debates em torno da necessidade de diretrizes nacionais para a educação do país direcionaram as políticas educacionais em busca de padrões para a formação docente. No contexto da Primeira República muitos educadores se colocaram na defesa de projetos de nação e embora partindo de vertentes teóricas e filosóficas diferentes, apresentaram um eixo comum, que pode

ser definido como sendo um projeto de defesa da educação nacional, mas ainda vinculado ao âmbito estadual. Assim, o estudo das concepções filosóficas, ideológicas e epistemológicas destes educadores nos ajuda a refletir sobre o contexto no qual estiveram inseridos e assim entender suas bandeiras de luta e suas contribuições no campo educacional.

As escolas católicas também buscaram se inserir no movimento em prol de uma educação renovada adaptando seus métodos pedagógicos a nova realidade. Paralelamente ao movimento realizado pelos pioneiros, na tentativa de desenvolver atividades pedagógicas direcionadas a modificar as práticas dos professores e divulgar no meio social as questões pedagógicas, os católicos também buscaram renovar-se. Isso ocorreu principalmente por meio da Associação de Educadores Católicos/AEC, das classes experimentais, das Semanas Pedagógicas, de palestras e cursos intensivos. Todas essas ações foram realizadas no intuito de divulgar nos meios católicos o ideário pedagógico da Escola Nova, criando uma espécie de escolanovismo católico. Entre católicos e pioneiros, para além da polaridade estabelecida em função da luta pelo domínio doutrinário da educação, é possível identificar pontos convergentes e, conseqüentemente, assimilação de princípios comuns entre esses dois grupos, como foi o caso da própria pedagogia escolanovista, absorvida inicialmente pelos pioneiros, tendo posteriormente a adesão dos católicos. (CARVALHO, 2001, NUNES, 2001).

Estas questões que dizem respeito à docência e sua importância na formação primária eram temas de debates não só entre os educadores liberais, mas também entre o grupo dos católicos, que viam, igualmente, a urgência de mobilizar a sociedade na tentativa de valorizar aqueles que formariam os futuros cidadãos da nação. A docência deveria estar dotada de um sentido duplo: a formação profissional consistente e a missão divina de educar, ou seja, ser docente significava ser um profissional e um missionário ao mesmo tempo. Nesse período, muitas escolas confessionais ou públicas priorizavam as mulheres no magistério primário, alegando que por sua vocação nata à maternidade, certamente educariam melhor a infância. Será sobre a participação de um grupo de intelectuais que atuaram nesse período no campo da formação docente, na região do Vale do Juruá, que nos propomos a discutir a seguir.

Os intelectuais do Vale do Juruá: atuação local e interlocução nacional

Num ambiente em que estava em disputa projetos de nação, a educação primária ganhou um espaço relevante, uma vez que foi compreendida como a solução para modernizar o país. Nessas circunstâncias, o movimento de renovação pedagógica e curricular alcançou não só a escolarização primária, mas sobretudo, as escolas normais, que eram naquele período as instituições formadoras dos professores que atuavam no ensino primário. Na tarefa de efetivar a modernização escolar necessária, os educadores brasileiros, como uma classe intelectualizada, se definiam como reformadores da educação e buscavam implementar seus ideais modernizadores. Segundo Villela (2002), as escolas normais, exatamente por apresentarem um potencial organizativo e civilizatório passaram a ser vistas como uma das principais instituições de consolidação do ideal republicano. Nessa direção, buscaram formar o professor como aquele sujeito capaz de transmitir um saber voltado para a perpetuação das condições sociais e não para sua transformação.

As escolas normais se espalharam por praticamente todas as regiões do país, chegando inclusive ao distante município de Cruzeiro do Sul no Estado do Acre, através do projeto da Escola Normal Regional, criada em 1947. Esta instituição, implementada pelos religiosos alemães da Prelazia do Alto Juruá, com o apoio do poder público ficou sob a direção da Ordem Dominicana de Santa Maria Madalena, e dedicou-se a formação da mulher-professora. Portanto, esta Escola Normal deve ser compreendida como uma instituição de caráter confessional e dedicada a formação de professoras primárias.

Dentro da discussão que aqui está sendo apresentada, duas instituições obtiveram notoriedade, o Instituto Santa Teresinha e a Escola Normal. Em pouco tempo de atuação se destacaram como instituições de qualidade na região e como tal possibilitavam a seus participantes, quer fossem gestores, professores ou até mesmo os alunos a participarem de diversas redes de sociabilidade, projetando-os no cenário local e regional, por meio de sua atuação nos contextos educacionais, políticos e culturais.

Automaticamente discentes e docentes, do Instituto Santa Teresinha e da Escola Normal, foram desenvolvendo muitas atividades no campo intelectual e

produzindo material didático para ser utilizado na própria Escola e em outras instituições da região. Além de oferecerem assistência pedagógica a outros professores e ocuparem cargos públicos na gestão de escolas e na inspeção da rede escolar. As redes de sociabilidade são elementos fundamentais para a compreensão da participação dos intelectuais da educação nas políticas públicas, em especial as da década de 1930. Sirinelli (2003) salienta que o historiador não pode subestimar ou ignorar as redes de sociabilidade, pois elas compreendem a organização dos intelectuais em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades difusas, porém determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver.

Vieira (2008) corrobora com esta concepção que compreende o intelectual como aquele sujeito que apresenta uma inserção em diferentes campos de atuação em uma dada realidade. Desse modo, o autor menciona o papel político do intelectual, afirmando que “deslocar o discurso sobre os intelectuais da cena política e tratá-lo como questão sociológica e histórica foi crucial para o entendimento das funções destes protagonistas na cena política”. (VIEIRA, 2008, p. 74).

Os religiosos católicos alemães que atuaram no Vale do Juruá como intelectuais locais, também ocuparam importante papel político e cultural no lugar. Entretanto, há que se considerar que as redes de sociabilidade daquele grupo, no Vale do Juruá, eram um pouco mais restritas em relação as de intelectuais com destaque no âmbito nacional.

Estes religiosos da Igreja Católica, que pensaram e implementaram o Instituto Santa Teresinha e a Escola Normal acabaram atuando como os principais intelectuais do campo educacional na região, se destacaram como mentores e executores de um modelo de formação docente de cunho religioso (BEZERRA, 2017, p. 3.202).

Levando-se em consideração que o município apresentava poucos espaços de sociabilidade formal, tais como: sindicatos, grupos de teatros, associações, etc, em decorrência das limitações geradas pelo distanciamento geográfico de outras regiões do país, “a inserção desses religiosos girava especialmente em torno do campo religioso e educacional” e era, com certeza, em nome do campo religioso que eles agiam. O que não significa que ficassem restritos a questão religiosa, pois também

transitavam por outras redes, como por exemplo, das famílias, das associações de pais e mestres, das redes de ensino pública e privada e até da imprensa local. (BEZERRA, 2015, p. 155).

Como já relatado, para que os religiosos alemães que viviam na região do Vale do Juruá mantivessem intercâmbios e redes de sociabilidades para além do âmbito regional, tudo era mais trabalhoso, em decorrência do isolamento geográfico da região quando não existiam transportes aéreos, nem ligação terrestre para outras regiões. Ainda assim, é importante ressaltar, como demonstra Bezerra (2015) que:

[...] as redes de sociabilidade dos religiosos católicos não eram estritamente municipais, porque a Igreja é uma instituição internacionalizada, portanto esses sujeitos não ficaram isolados no Juruá. Ao contrário, transitavam em âmbitos nacionais e internacionais, deslocando do Acre para outros estados brasileiros e para a Alemanha. Através de viagens pedagógicas entravam em contato com os métodos desenvolvidos em outras regiões e assim mantiveram contato, por exemplo, com os preceitos da Escola Nova pela via dos educadores católicos (p. 154).

Mesmo considerando que as redes em que estes intelectuais participavam não estava limitada ao município, nem mesmo a região do Vale do Juruá, vale ressaltar que a rede de sociabilidade local foi determinante para que os mesmos pudessem colocar em prática seu projeto de evangelização via escolarização. Visto que por intermédio da rede local eles conseguiram arrecadar recursos para o desenvolvimento de muitas atividades que a Igreja católica implementou, como por exemplo, a aquisição do terreno e do material para a construção do prédio para o Instituto Santa Teresinha e a Escola Normal de Cruzeiro do Sul. Foi de fundamental importância a parceria da Igreja com o estado e a prefeitura municipal, de onde proveio parte das verbas necessárias à construção do referido empreendimento.

Esta relação trazia benefícios para ambas às partes, o poder público podia se fazer presente naquele projeto, demonstrando a associação de tal projeto aos seus interesses. E a Igreja por sua vez, também se beneficiava, pois otimizava e acelerava suas construções na Cidade, já que não precisava aguardar as esporádicas verbas provindas da Alemanha e podia contar com os recursos públicos locais, e até mesmo os federais. É importante ainda destacar as benesses da interação da Igreja com as

famílias, sendo possível desse modo, conquistar uma considerável clientela para suas instituições.

Na região do Juruá sobressaiu uma intelectualidade de cunho religioso/católico, que assumiu a tarefa de criar e de gestar uma escola de formação do futuro educador, pela oferta do Curso Normal. Foi através da Escola Normal Regional de Cruzeiro do Sul que os professores primários foram formados por várias décadas. Mas foi, ainda, por meio do Instituto Santa Teresinha e do Curso Normal, que direta ou indiretamente, foram projetados alguns dos principais protagonistas políticos e culturais daquele contexto. Ou seja, a Instituição tornou-se o espaço de atuação e de formação da intelectualidade que operava localmente nos campos políticos, econômicos e culturais. Na direção desta discussão Bezerra (2017) afirma que:

Compreender esses sujeitos como intelectuais significa perceber os diferentes espaços em que agiram e como essa inserção conseguiu interferir no social. O primeiro espaço que merece ser destacado é a própria Escola Normal, como a primeira instituição de formação de professores da região, e, como tal, os sujeitos ali formados participaram de variadas redes de sociabilidade. Ou seja, atuando como formadores, gestores ou alunos, sua inserção naquele espaço já os credenciavam a uma participação, que somente era autorizada à elite intelectual da sociedade. (p. 3.208).

A intelectualidade das freiras Dominicanas pode ser observada pela literatura a que tinham acesso, que abarcava os autores conhecidos do meio educacional daquele período. Tal constatação ocorreu por meio da análise dos materiais pedagógicos adquiridos pelo Instituto Santa Teresinha quando da inauguração, em 1948, de sua Biblioteca, sugestivamente denominada de Biblioteca Tristão de Athaide, homenageando um dos principais líderes do movimento católico Alceu de Amoroso Lima. Curiosamente, a direção do Instituto Santa Teresinha manteve uma troca de correspondências com este intelectual. É possível perceber, na correspondência, o conhecimento da literatura por ele produzida, além da aquisição de algumas de suas obras, de acordo com as fontes localizadas no decorrer da investigação.

A literatura produzida no período, no contexto nacional, apresentava origem diversa e sinalizava o movimento vivenciado no Brasil. A produção, rica e diversificada de matriz liberal e católica, representou o momento de reformulação dos métodos e objetivos educacionais. Os intelectuais locais, abrangendo os religiosos alemães e

sobretudo as freiras dominicanas que dirigiram a Escola Normal Regional, estavam em contato com essa literatura e eram influenciados pela mesma. Foi possível perceber na análise das fontes, que as freiras dominicanas que dirigiam a Escola Normal de Cruzeiro do Sul trataram de garantir o acesso ao material. Assim para Bezerra (2015) podemos notar que,

[...] a Escola Normal de Cruzeiro do Sul, de matriz católica, também se relacionou com a pedagogia liberal, uma vez que, nos seus vários currículos, estava presente o movimento dos intelectuais da educação e, também, o diálogo com o Ministério da Educação. Esse diálogo poder ser notado, sobretudo, por meio do recebimento de materiais pedagógicos veiculados pelo INEP, órgão que assumiu um papel decisivo na organização da formação de professores, tanto em nível normativo como de propulsor de uma cultura pedagógica. (p. 331).

Os religiosos alemães católicos no Vale do Juruá se tornaram os principais intelectuais daquele entorno, podendo inclusive entrar em contato e manter intercâmbios com importantes líderes que tiveram projeção no movimento educacional dos anos de 1930, como por exemplo, Alceu Amoroso Lima. Os intelectuais, inseridos na criação e gestão da Escola Normal de Cruzeiro do Sul, não ficaram a margem deste movimento de renovação educacional do país, ao contrário mantiveram contato com algumas personagens de renome nacional, fizeram viagens pedagógicas para outras regiões, se apropriaram de sua literatura e adequaram as concepções pedagógicas e curriculares da referida escola as orientações emanadas do movimento.

Roquette Pinto e Edgar Serrano: intelectuais atuantes no Rio de Janeiro

Para a análise comparativa da circulação intelectual e das correntes de pensamento pedagógico no Brasil, mais especificamente, tratando do que ocorreu durante a década de 1930 em Cruzeiro do Sul no Acre e no Rio de Janeiro, então capital do país, optou-se por trabalhar o segundo caso a partir da trajetória de dois intelectuais que tiveram forte atuação na educação e de projeção nacional.

A escolha de Edgar Roquette Pinto e Jonathas Serrano para ilustrar o debate se deve ao encontro deles, como intelectuais da educação, na composição da

Comissão de Censura Cinematográfica (1932-1935), instaurada no Museu Nacional. A censura cinematográfica era moralista e possuía ideias educativas. Observar a trajetória e militância desses dois intelectuais, que partindo lugares de atuação distintos, mas com objetivos comuns, ajuda a compreensão das lutas e objetivos comuns em relação a educação nacional na década em questão.

Em 1926, Edgar Roquette Pinto assumiu a direção do Museu Nacional, permanecendo neste cargo até 1935. Em sua administração as ações educativas para o ensino se tornaram prioridade, seguindo o fluxo do que já vinha ocorrendo na América Latina, na virada para o século XX, houve uma maior aproximação dos museus com as escolas se deu, com a afirmação de ideias pedagógicas em relação ao ensino objetivo, com o uso de recursos concretos. Além do estímulo às visitas aos museus, houve ainda a formação de coleções de objetos nos ambientes escolares e de museus pedagógicos para auxiliar os professores e alunos na prática da aprendizagem. (SILY, 2012, p. 71)

No período de nove anos em que Roquette Pinto esteve na administração do Museu, a função educativa da instituição foi radicalizada, na medida em que suas ações pedagógicas tornaram-se prioridade na instituição, sendo dirigidas a um público que se pretendeu mais amplo, voltadas principalmente para atender aos estabelecimentos de ensino de todos os níveis. (SILY, 2012, p. 91) Paulo Rogério Sily observou que o movimento das ações educativas do Museu Nacional junto às escolas no período de 1930 a 1937, correspondente às gestões de Roquette Pinto e de Alberto Betim Paes Leme, foi quando mais se desenvolveu a função educativa junto ao público escolar, sendo os anos de 1932 e 1933 os mais significativos (2012, p. 321)

Roquette Pinto deu continuidade às ações educativas iniciadas em gestões anteriores do Museu e criou outras inovadoras. Além de participar da montagem de diversas exposições, criou a filmoteca do Museu, atuou na confecção de quadros murais de História Natural, fez conferências, participou dos cursos oferecidos ao público, e ainda editou a *Revista Nacional de Educação*. O Museu Nacional ampliou o acesso para à visitação pública e criou espaço de exibição de filmes e de cursos, oferecidos pelos professores da instituição, dando prosseguimento às ideias do Museu como formador, promovendo a educação. Antes de assumir a direção, quando ainda era vice de Arthur Neiva, já nesta perspectiva do Museu como espaço educativo, Roquette Pinto criou a Seção de Assistência ao Ensino (SAE) no Museu Nacional, que

Revista Communitas v. 2, n. 3 (2018): Múltiplos discursos, práticas e políticas na/da educação

incentivou a criação de pequenos museus de ciências e história natural em escolas do Rio de Janeiro.

A ideia de museus de Edgard Roquette Pinto afinava-se com as propostas da Associação Brasileira de Educação (ABE) e do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no que diz respeito ao Museu Nacional agir em defesa da instrução pública, secular e a ideia de reconstrução nacional. Roquette Pinto foi signatário do Manifesto, além de proferir palestras e ministrar cursos na ABE. O projeto da ABE conectava as mudanças educacionais e as transformações sociais, colocando a educação como um direito de todos e alargando a dimensão do dever do cidadão com padrão civilizatório do liberalismo, de modelo capitalista de um futuro que precisava ser construído.

Roquette Pinto foi um intelectual dentre outros que refletiam sobre a educação como nacional, quando os intelectuais eram vistos como organizadores da cultura, reformadores sociais, salvadores do Brasil. Buscou estudar os trópicos, produzindo uma nova noção identitária para o Brasil e para seu povo, a partir da aceção da educação e instrução pública como uma espécie de exposição permanente, uma celebração. A educação entendida como um palácio-monumento da tradição e da modernidade, capaz de viabilizar a aplicabilidade da instrução pública direcionada à educação popular. (RANGEL, 2010, p.75).

O educador Jonathas Serrano lecionou em algumas escolas particulares católicas, em 1916 prestou concurso para a Escola Normal. Dez anos depois foi aprovado no concurso para professor do Colégio Pedro II. Serrano aliou sempre seu trabalho de educador a sua religiosidade, defensor do ensino religioso. Não assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova pela laicidade proposta no documento ir contra os seus ideais de educação. Para Serrano o magistério era apostolado, quase sacerdócio, divina investidura e missão espiritual, responsável pela educação integral do homem. Seu modelo de mestre estava em Sócrates e em Jesus Cristo, e sua pedagogia bebia das grandes lições deixadas por Santo Agostinho e Anchieta. (FREITAS, 2008, p.61)

O intelectual da educação, Jonathas Serrano, teorizou sobre a educação, publicou muitos artigos em revistas e livros sobre metodologia do ensino de história, filosofia do direito e direito romano, também sobre a relação da educação com o

ensino religioso, além de vários discursos proferidos em instituições educacionais do país.

As questões pertinentes ao cinema e seus fins para na educação ocupava importante lugar nos debates educacionais nas décadas de 1920 e 1930. No ano de 1930 Serrano publicou, junto a Francisco Venâncio Filho, o livro *Cinema e Educação* pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. O livro foi o décimo quarto volume das publicações da Biblioteca de Educação organizada por Lourenço Filho. A nacionalização da educação a partir do cinema possuía grande importância para estes intelectuais, explicito na finalidade esperada com a publicação do livro, descrita no fim do prefácio do livro *Cinema e Educação*:

E assim como o rádio é o laço invisível que une milhões de brasileiros, a vibrarem de sadio patriotismo ao som do Hino Nacional, - também o cinema (e tal é, afinal, a razão de ser destas páginas) realize o milagre de mostrar o Brasil todo a todos os brasileiros, o homem do litoral ao do extremo Oeste, o dos pampas ao da Amazônia -, contribuição magnífica e urgente à obra da educação nacional. (SERRANO; VENÂNCIO FILHO, 1930, p. 13).

Para Serrano e Venâncio Filho, o cinema para o ensino enquanto meio de aprendizagem, não deveria deixar de lado os preceitos gerais da pedagogia, nem substituir suas lições. Ao discorrer sobre as inúmeras possibilidades de utilização do cinema nas disciplinas escolares, os autores alertavam para o problema que poderia ser criado nas aulas de História, desaconselhando às imagens animadas visto que estas poderiam fugir a realidade. Por outro lado, haveria uma função crucial, tanto nas escolas quanto para o público em geral, os filmes trariam alertas sobre epidemias e noções de higiene.

Segundo Campelo (2007) em *Cinema e educação*, as opiniões de Serrano acerca do cinema voltavam-se à preocupação com a sua influência, os artigos de Serrano nas publicações da Ação Católica eram visivelmente posicionados em prol da questão social e do argumento moral perante as películas.

Jonathas Serrano escreveu críticas sobre diversos assuntos, mantendo sempre o compromisso íntimo de disseminar o princípio religioso de sua fé. Assim, tornou-se uma das principais referências para o debate sobre o cinema educativo no Brasil. Ele teve papel importante na divulgação do cinema entre os católicos, defendeu normas

precisas frente ao problema moral, ajustado às questões dos meios que lhe conferiram legitimidade intelectual.

Considerações finais

Concluindo a reflexão aqui proposta, percebemos que, mesmo ocupando espaços geográficos e culturais distintos, os intelectuais de influência nacional como Roquete Pinto e Jonathas Serrano e os intelectuais católicos da região do Vale do Juruá partilharam do movimento de renovação educacional, por meio de redes de sociabilidade comuns, como sindicatos de professores, secretarias de educação, direção de escolas e produção de material didático contribuíram para a propagação deste movimento. No caso específico dos intelectuais da região do Vale do Juruá se projetaram no cenário local, sobretudo por meio da idealização da Escola Normal de Cruzeiro do Sul, que além de constituir o primeiro projeto de formação docente institucionalizada da região, ganhou grande status no meio.

Os intelectuais da educação, cada um a seu modo e em seu meio, demonstraram uma inserção relevante no campo educacional, colaborando para difundir os ideais de renovação pedagógica. A propagação da pedagogia escolanovista pode ser pensada como uma tentativa de incentivar o novo e de modificar as práticas e os saberes o professorado.

Partindo de diferentes vertentes filosóficas e ideológicas, os grupos que estavam a frente dos projetos políticos ideológicos de educação foram não apenas disputando lugares junto ao governo, mas também participando de redes de sociabilidade comuns como é o caso da Associação Brasileira de Educação e de órgãos como a Diretoria Geral da Instrução Pública. A meta destes intelectuais era a efetivação de um projeto de educação nacional, que contribuísse para transformar o Brasil numa nação desenvolvida e moderna. As transformações, embora condicionadas por motivações políticas e ideológicas diferentes, foram realizadas por homens e equipes voltadas para um objetivo comum, o desejo de contribuir para a construção de uma escola pública, gratuita e democrática, capaz de abranger as camadas populares, inserindo-as no mundo do trabalho.

Foi em nome deste projeto de escola pública moderna que durante a década de 1930 diferentes intelectuais da educação brasileiros lutaram, desempenhando funções técnicas e burocráticas junto ao governo. Ocupando cargos públicos na gestão dos sistemas públicos ou na direção de escolas realizaram reformas e projetos, buscando implementar seu modelo de educação nas mais diferentes regiões e escolas do país. Dessa forma, muitos desses sujeitos, acabaram ocupando o espaço de intelectuais engajados no seu tempo e como tal assumiram as contradições e interesses político-ideológicos em voga naquele contexto histórico. Se empenharam na busca pela melhoria da qualidade da escola brasileira e na condição de técnicos do governo, administradores de órgãos públicos, teóricos, escritores, educadores, diretores de escola, inspetores de ensino ou produtores de material didático escolar, pensaram alternativas, disputaram ideias e implementaram programas que contribuíram para propagandear a causa educacional e colocar a educação na qualidade de questão nacional.

Referências:

ALVES, Claudia. Problemas da relação educação-cidadania na história brasileira. In: FELGUEIRAS, M. L. e VIEIRA, C. E. (orgs). *Cultura escolar, migrações e cidadania*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2010.

BACKHAUSER, Everardo. *Manual de Pedagogia Moderna*. 5 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1954.

BEZERRA, M. I. da S. Escola Normal Regional De Cruzeiro Do Sul: Espaço Para Uma Intelectualidade Cunhada No Chão Da Escola. In: *IV CBHE: Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 15 a 18 de agosto de 2017, ISSN 2236-1855.

_____. *Tese de Doutorado*. Formação docente institucionalizada na Amazônia acriana: da escola normal regional à escola normal padre Anchieta (1940-1970). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação. Niterói/RJ, 2015.

BEZERRA, M. I. S.; GROTTI, G. L. Pensando a democracia e a cidadania nas interfaces históricas e contemporâneas. In: *Revista Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, Naviraí, V. 4, n. 8, p. 46-59, jul. - dez. 2017 UFMS/CPNV, ISSN: 2358-1840

Disponível em: <<http://www.seer.ufms.br/index.php/persdia/index>> Acessado em 10 de janeiro de 2018.

CAMPELO, Taís. Jonathas Serrano, narrativas sobre cinema. In: Cadernos de Ciências Humanas - *Especiaria*. v.10, n.17, jan./jun., 2007, p. 57-76.

CARVALHO, Marta. A Escola Nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. In: FARIA FILHO, L. M. de (org). *Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CARVALHO, M. M. C. de. *Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924- 1931)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

FREITAS, Itamar. *A Pedagogia histórica de Jonathas Serrano: uma teoria do ensino de História para a escola secundária brasileira (1913/1935)*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2008.

LOPES, Sonia de Castro. *Oficina de mestres: história, memória e silêncio sobre a escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

MAGALDI, Ana Maria; NEVES, Carla Villanova. *Valores católicos e profissão docente: um estudo sobre representações em torno do magistério e do ser professora (1930-1950)*. Goiânia: 2006.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira*. Brasília: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 152 p.: il. – (Coleção Educadores/MEC).

NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo de Vargas. In: BOMENY, H. (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

RANGEL, Jorge Antonio. *Edgard Roquette-Pinto* – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

RUMMERT, Sonia; ALGEBAIL, Eveline; VENTURA, Jaqueline. *Educação e formação humana na integração subalterna no capital-imperialismo*. 34ª Reunião da ANPED: Natal/RN, 2011.

SILY, Paulo Rogério Marques. *Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)*. – 2012. Orientador: José Gonçalves Gondra. Tese (Doutorado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação.

SIRINELLI, François. Os intelectuais. In: REMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ/FGV, 2003.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*. N.14, mai/jun/ago 2000.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.70, n.166, 1989. p. 435-462.

VICENTINI, Paula; LUGLI, Rosário. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009. v. 4.

VIDAL, D.; PAULILO, A. L. Projetos de implementação da Escola Nova na capital do Brasil (1922-1935). In: MAGALDI, A. M.; ALVES, C.; GONDRA, J. G. (orgs). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Inteligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas: Autores Associados; SBHE, n. 16, jan./abr, 2008.

VILLELA, Heloisa. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. et al. *500 anos de educação no Brasil*. 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

WARDE, Mirian Jorge. O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação. *Revista brasileira de história da educação*, nº 5 jan./jun. 2003.